

Superior Tribunal de Justiça

EDcl nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.762.135 - SC (2018/0219177-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
EMBARGANTE : S P
EMBARGANTE : V V
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTERES. : G P V (MENOR)
INTERES. : T P V (MENOR)
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (fls. 433/434) opostos por S P à decisão de fls. 420/421, que acolheu os embargos de declaração, conferindo-lhes efeitos infringentes, para tornar sem efeito a decisão de fls. 382/383, determinando a distribuição dos autos.

Sustenta a parte embargante que *"verifica-se contradição no julgado no seguinte ponto. A despeito da informação constante do relatório da decisão de que: "A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios" percebe-se dos autos que a Defensoria Pública não foi intimada para contra-arrazoar o recurso ministerial"* (fl. 000).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios (fls. 459).

É o relatório. Decido.

Assiste razão à parte embargante.

Com efeito, nos termos do art. 1.023, § 2º, do Código de Processo Civil, "O juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, caso seu eventual acolhimento implique a modificação da decisão embargada".

Apesar de constar na decisão ora embargada que houve essa intimação, de fato, compulsando os autos, verifica-se que não existiu.

Assim, para evitar alegação posterior de nulidade em razão do cerceamento

Superior Tribunal de Justiça

de defesa, **acolho os embargos de declaração de fls. 433/434, conferindo-lhes efeitos infringentes, para tornar sem efeito a decisão embargada de fls. 420/421.**

Após, determino abertura de prazo para manifestação da Defensoria Pública da União, com relação aos embargos de declaração de fls. 413/418, opostos pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 1.023, § 2º, do CPC.

Por fim, após o prazo da vista, retornem os autos conclusos para novo julgamento dos embargos de declaração de fls. 413/418.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

